

Objetivo do Grupo de Trabalho

Promover a adoção de opções construtivas sustentáveis no setor turístico, nomeadamente em empreendimentos turísticos e no alojamento local, no sentido de influenciar a revisão de legislação que regulamenta estas matérias (regime jurídico dos empreendimentos jurídicos, as respetivas portarias, bem como o sistema de apoio financeiro competir +, etc.)

Recolha de contributos dos elementos do Grupo de Trabalho, a serem incluídos nas várias portarias a nível do licenciamento.

Após a reunião do Grupo de trabalho no dia 29 de julho de 2020, pedimos os vossos contributos e recomendações, no âmbito da adoção de opções construtivas sustentáveis no setor turístico. Para tal, estruturamos este pedido atendendo ao diagrama apresentado, que resume os princípios da Construção Sustentável.



Preencha a tabela abaixo com os seus contributos/sugestões de opções construtivas sustentáveis dentro de cada um dos eixos correspondentes.

Design Integrado/Conceção do projeto

A promoção de ações de investigação, de formação e de discussão para/entre técnicos afetos à construção (arquitetos, engenheiros e construtores), e também com intervenientes ligados à ciência ambiental, geologia, etc., com o objetivo de aprofundar conhecimentos sobre:

- O impacto da atividade da construção sobre o meio ambiente, no contexto específico da RAA;
- As propriedades e possibilidades dos materiais endógenos da RAA;
- E métodos de diagnóstico e intervenção em reabilitação no âmbito da tradição construtiva da RAA e da sua sismologia.

Em prol do apuramento de melhorias quanto à sustentabilidade ambiental da construção civil na Região.

No caso particular do que respeita ao projeto de reabilitação, importa desenvolver que na atualidade, e tendo em conta a realidade nas 9 ilhas, é ainda difícil aceder a profissionais na área da construção (arquitetos, engenheiros e construtores) com experiência nesse âmbito, bem como aos equipamentos que permitem a realização de ensaios às estruturas existentes, essenciais à base de diagnóstico dos edifícios a reabilitar.

Gestão de água

Informação e sensibilização para as boas práticas no consumo da água potável da rede pública.

Incentivo (fiscal ou outro) à recuperação da prática tradicional de recolha doméstica de águas pluviais, para utilizações não sanitárias como descargas de autoclismo, lavagem de roupas, regas, ou outras, introduzindo diminuição de recurso à água sanitária da rede pública.

Levantamento das condições de abastecimento de água por ilha, com o estudo da possibilidade de cooperação intermunicipal, em casos de assimetria.

Levantamento e avaliação sobre a situação atual de saneamento básico na RAA, com especial atenção às zonas com densidade habitacional significativa localizadas junto à faixa costeira (nomeadamente zonas balneares) e a bacias hidrográficas. Construção de uma estratégia de ação concertada sobre o saneamento básico, promovendo o tratamento das águas residuais.

Gestão de energia

Passada uma década sobre a implementação do Sistema de Certificação Energética de Edifícios na RAA, torna-se pertinente avaliar os resultados da aplicação do Sistema e retirar conclusões sobre a situação atual, sobre os exemplos de maior sucesso, rentabilidade, durabilidade, tendo em conta a ampla diversidade de equipamentos associados à eficiência energética, tendo em conta a adaptação à climatologia dos Açores, no sentido de criar um roteiro de boas práticas, ou de soluções tipificadas com comprovado sucesso na região.

Premiação (fiscal / outra) dos casos de construção nova com classificação energética A+, ou dos casos de intervenção em existente com significativa melhoria de performance.

Materiais ecológicos

Tendo em conta a realidade arquipelágica, a produção de resíduos reveste-se de maior grau de preocupação, uma vez que a gestão do fim de vida de um material ou equipamento pode implicar o seu transporte inter-ilhas ou a sua exportação de regresso ao continente, com custos significativos. A revisão ou criação de uma estratégia sobre um sistema construtivo geral, especialmente adaptado à Região e com um mais reduzido impacto ambiental, será um desafio pertinente.

Dentro da lógica cada vez mais discutida sobre o encurtamento de circuitos de produção, consumo e reciclagem/reutilização, torna-se fundamental continuar a aprofundar e disseminar conhecimento sobre as possibilidades dos materiais de construção produzidos na Região. Nas madeiras, continuar a aposta na exploração da criptoméria com controlo sobre os tempos de crescimento, sobre o uso de químicos de apoio à produção, e com maior incentivo à exploração técnica das suas possibilidades como material estrutural e de revestimento. Realizar estudo sobre as possibilidades de maior exploração de outras espécies com aproveitamento comercial no sector da construção, nomeadamente madeiras alternativas à criptoméria, com maior densidade, por via a diminuir a importação de madeiras exóticas, porventura provenientes de produções não sustentáveis. A madeira é um material de construção, por natureza, ecológico, em que valerá sempre a pena apostar, dentro de parâmetros de exploração equilibrados.

Entretanto, temos a deteção da infestação por térmitas em várias ilhas nos últimos anos, facto que nos deve fazer refletir sobre as formas de importação de madeiras para a Região, bem como, sobre a degradação e abandono de alguns centros urbanos, que potencia a ocorrência de infestação. A não resolução deste problema implicará, julgamos, uma menor apetência pela utilização da madeira em geral, que é como sabemos, um material ecológico por natureza e com capacidade de produção local, o que não se verifica para muitos outros materiais na construção.

Sobre os inertes, atender ao equilíbrio entre a exploração e impacto ambiental, pensando na extração de basalto, de bagacinas, de areias do fundo do mar. Existe uma quantificação / estudo ambiental sobre o impacto destes tipos de extração na RAA?

Ter-se-á de observar também a questão do processamento dos materiais com problemas ambientais, pensando no exemplo particular das telhas com materiais tóxicos / cancerígenos, como as antigas telhas de fibrocimento que mereceram grande adesão no Arquipélago em décadas passadas e que se encontram ainda hoje disseminadas por diversos edifícios públicos e privados, de também diversas dimensões. Observa-se que o emprego desse material se deveu a razões próprias de economia, facilidade de manuseamento, peso, comportamento face à ação sísmica, etc., e que a sua aquisição e aplicação foi feita com normalidade, como um produto que se encontrava disponível no mercado, sem restrições. A legislação recente veio proibir o uso de materiais com tais características e criar regras para a sua remoção, situação que, devido à dispersão territorial, veio criar dificuldades acrescidas para os proprietários residentes em ilhas sem presença permanente de empresas certificadas para a remoção e processamento desses resíduos. Esta situação resulta em assimetrias no condicionamento dos investimentos de reabilitação, podendo potenciar irregularidades nesse processamento.

Há que caracterizar e mapear a presença efetiva atual dos materiais nocivos à saúde pública, percebendo a evolução da situação e preconizar uma ação global de intervenção sobre um problema que é de todos.

Qualidade do ambiente

O consumo do território é um fenómeno para que temos de olhar com cada vez maior atenção e preocupação. A disponibilização de novos solos para a urbanização através dos instrumentos de gestão territorial, ou de situações de exceção a estes, deve ser alvo do maior cuidado e parcimónia, sob pena de hipotecarmos esse maior recurso turístico que a RAA oferece, de uma natureza preservada, com uma paisagem desdensificada, rural, fora dos núcleos urbanos tradicionais.

O consumo de novo território, a que o desenvolvimento turístico muitas vezes vem pressionar também, é também prejudicial em relação à promoção da reabilitação dos tecidos construídos, urbanos e não só.

Após a leva de PDMs de primeira geração na RAA é necessário que a sua revisão promova muito mais contenção da expansão construtiva e o recentrar o focus sobre os núcleos existentes, com especial atenção à promoção da reabilitação do construído com reaproveitamento efetivo de estruturas e recuperação do nosso património construído ao invés da sua progressiva demolição generalizada.

Para uma abordagem mais incisiva e definitiva à reabilitação são necessários sistemas de incentivo financeiro criteriosos e a ampliação de recursos técnicos para análise e diagnóstico de estruturas, para a atividade de projeto com apoio em informação rigorosa e para a execução em obra por profissionais preparados e sensibilizados para a reabilitação.

A criação de uma tipologia de empreendimentos turísticos especialmente vocacionada para a intervenção em espaço urbano, especialmente na pequena escala (abaixo do dimensionamento de Hotéis e de Apartamentos Turísticos), à semelhança do Turismo em Espaço Rural, tendo como premissa base a reabilitação de património construído e o cerzimento da malha urbana, parece-nos uma medida de absoluta pertinência e já urgente.

Ainda a propósito da reabilitação do património construído, deve-se referir que a ausência de proteções de âmbito mais geral à construção vernacular corrente, ou de incentivos concretos à sua reabilitação, tem permitido o seu progressivo desaparecimento, quer por sobreposição ou substituição, quer até, em casos pontuais pela demolição com vista ao aproveitamento dos elementos de alvenaria e cantaria em nova arquitetura noutros locais. Urge defender o património construído da Arquitetura Popular dos Açores, promovendo a sua honesta reabilitação e dando lugar ao surgimento de soluções contemporâneas que não sejam predatórias em relação a esse património, mas que com ele dialogue.

Qualidade social

Tendo em conta a observação de outros destinos turísticos, o tema da luta contra a gentrificação é incontornável, por forma a procurar evitar-se atingir estados de especialização turística do território, onde deixa de existir vida local, cultura local, mas apenas serviços turísticos – alojamento e animação.

É fundamental que se estabeleçam e apliquem máximos de densidade turística no tecido construído, e mínimos de atividades complementares, de habitação socialmente diversa, de serviços não diretamente ligados ao turismo, de produção e transformação, dentro de parâmetros de compatibilidade. É urgente que se introduzam medidas de controle e compensação nesta vertente, após uma primeira geração de instrumentos de gestão territorial que promoveu o crescimento turístico, é fundamental uma nova orientação, adequada à evolução tida.